

Balço patrimonial		Período de 06 de Agosto a 31 de dezembro de 2020 (Em R\$)		Demonstração de resultado do exercício	
	06/08/2020	31/12/2020		Período de 06 de Agosto a 31 de dezembro de 2020 (Em R\$)	31/12/2020
Ativo	500,00	21.836.050,00	Imobilizado	0,00	5.471.700,00
Circulante	500,00	490,00	Imóvel Matrícula Nº 120.766	0,00	5.471.700,00
Disponível	500,00	490,00			
Caixa Geral	500,00	490,00	Passivo	500,00	21.836.050,00
Caixa	500,00	490,00	Patrimônio Líquido	500,00	21.836.050,00
Não Circulante	0,00	21.835.560,00	Capital Realizado	500,00	21.836.060,00
Realizável a Longo Prazo	0,00	21.835.560,00	Capital Subscrito	500,00	21.836.060,00
Investimentos	0,00	16.363.860,00	Capital Social	500,00	21.836.060,00
Ações Ordinárias JWA Construção & Comercio	0,00	16.363.860,00	(-) Reservas	0,00	(10,00)
			(-) Reservas de Lucros	0,00	(10,00)

Demonstração de resultado do exercício	
Período de 06 de Agosto a 31 de dezembro de 2020 (Em R\$)	31/12/2020
(-) Despesas	(10,00)
(-) Despesas Administrativas	(10,00)
(-) Material de Uso e Consumo	(10,00)
(-) = Prejuízo	(10,00)

PAULO FERNANDO GARCIA JÚNIOR
Contador

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.779.145/0001-90

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)			Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)				
Ativo	Nota	2020	2019	Receitas	Nota	2020	2019
Circulante				Recursos de subvenções para custeio e contratos de gestão hospitalar			
Caixa e equivalentes de caixa	4	877	2.516	Recursos de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS	21	243.283	244.336
Titulos e valores mobiliários	5	34.609	23.328	Recursos de convênios e particulares	22	123.340	121.833
Recurso de subvenções para investimentos	15	4.716	5.641	Recursos de alugueis	25	25.146	32.101
Contas a receber	6	58.051	52.352	Outras receitas	23	73.753	48.329
Estoques	7	13.713	12.145	Receita com trabalhos voluntários	3.o	764	4.942
Outros créditos		7.065	6.743			798.346	729.762
Total do ativo circulante		119.031	102.725	Custos e despesas operacionais			
Não circulante				Custos com medicamentos, materiais e serviços médicos	24	(192.154)	(161.712)
Depósitos judiciais		7.393	6.884	Despesas com pessoal e encargos	25	(428.578)	(431.133)
Certificado de Potencial Adicional de Construção	8	117.402	117.402	Despesas gerais e administrativas	26	(128.032)	(156.697)
Outros créditos		7.110	7.411	Depreciações e amortizações		(18.332)	(17.624)
Total do ativo Realizável a Longo Prazo		131.905	131.696	Despesas com trabalhos voluntários	3.o	(764)	(4.942)
Propriedades para investimentos	9	678.682	621.165	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	53.985	120.465
Imobilizado	10	239.439	223.580			(713.875)	(651.644)
Intangível		195	2.441	Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras		84.471	78.118
Total do ativo não circulante		1.050.221	978.882	Recursos financeiros	28	4.696	19.240
Total do ativo		1.169.252	1.081.607	Despesas financeiras	28	(98.228)	(94.190)
				Resultado financeiro líquido	28	(93.532)	(74.950)
				(Déficit) superávit do exercício		(9.061)	3.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)					
	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/(Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(218.309)	22.565	324.926	(59.716)	69.466
Transferência do déficit acumulado para o patrimônio social	(59.716)	-	-	59.716	-
Superávit do exercício	-	-	-	3.168	3.168
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(30.212)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.117)	-	1.117	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	-	-	4.808	-	4.808
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	(278.025)	21.448	299.522	34.496	77.441
Transferência do déficit acumulado para o patrimônio social	34.496	-	-	(34.496)	-
Déficit do exercício	-	-	-	(9.061)	(9.061)
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(11.852)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.749)	-	1.749	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(243.529)	19.699	287.670	4.540	68.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1 Contexto operacional: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ("Irmandade"), sociedade civil beneficente sem fins lucrativos, tem como atividade principal a prestação de assistência médica através de suas unidades hospitalares: Hospital Central, Hospital Santa Isabel, Hospital Geriátrico Dom Pedro II, Hospital São Luiz Gonzaga e Centro de Saúde Escola Barra Funda Dr. Alexandre Vranjac, além de outras atividades secundárias: Escola de Enfermagem, Instituto de Pesquisa e Administração Imobiliária. As receitas aprovadas mediante contratos de convênios com a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo para gestão hospitalar e de integração ao Sistema Único de Saúde - SUS para o período a findo em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 136.080 e R\$ 243.283, respectivamente. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, as receitas orçadas com a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e de integração ao Sistema Único de Saúde - SUS, são de R\$ 136.080 e R\$ 248.574, respectivamente. A Irmandade administra mediante contrato de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo em maio de 2016, são: (a) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo Barra Funda "Dr. Alexandre Vranjac". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas oriundas do contrato de gestão hospitalar foram R\$ 136.571 e R\$ 7.884, respectivamente, cujo período do contrato de gestão findará em 30 de abril de 2021. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, as receitas orçadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, são de R\$ 176.919 e R\$ 8.239, respectivamente. **1.1 Plano de Administração:** A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é a mais antiga Instituição Assistencial e Hospitalar em funcionamento na cidade de São Paulo, com início das atividades no bairro de Santa Cecilia em 1884. Com o passar dos anos, a Santa Casa foi se expandindo e hoje atende grande parcela da população não só do estado de São Paulo, mas também do estado de São Paulo e de outros estados da federação. O secular compromisso filantrópico e de caridade faz com que todos os recursos obtidos no atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) e com a medicina supletiva sejam reinvestidos nos hospitais e no Centro de Saúde Escola Barra Funda, quadricênario, mantenha modernos equipamentos médicos, que aliados a profissionais altamente qualificados, oferecem à população do Brasil o que há de melhor em assistência à Saúde. Além da assistência, a instituição tem atuação muito importante em difundir conhecimentos com foco em pesquisa e programas de residência médica e especialização. São disponíveis cursos na área de enfermagem, fonoaudiologia, fisioterapia e outros. A constante busca da excelência e profissionalismo faz com que a Administração tenha autonomia para fazer desta Instituição de assistência à Saúde uma das mais conceituadas no país. Atualmente, a Irmandade disponibiliza 60 Programas de Residência Médica, número que está crescendo desde 2017, com a aprovação do credenciamento de novos programas: Emergência Pediátrica, Mastologia e Infectologia em 2018, Neurologia e Endoscopia Ginecológica em 2019, Medicina de Emergência, Medicina do Esporte e Administração em 2020, todos com financiamento obtido através de aprovação em edital de concorrência do Ministério da Saúde. Também houve a aprovação do Ministério da Educação, para participar do Projeto Piloto de Cirurgia Vascular, com uma nova matriz de competências que forma o especialista em um programa de três anos, concessão que só foi feita a duas instituições no Brasil, em 2020. Aumentamos o número de vagas em diversos outros programas, como Medicina de Família e Comunidade, Cirurgia de Mão, Cirurgia Vascular, Cirurgia do Aparelho Digestivo, dentre outros. A Residência Médica da ISCMSP é uma das melhores do Brasil e candidatos de todo o país concorrem no processo seletivo. Apesar da Pandemia de Covid-19, no Concurso 2021, tivemos 3.332 candidatos. Somos o quarto maior concurso do Estado de São Paulo. A Irmandade também oferece especialização para médicos através dos mais de 36 Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, credenciados junto ao Ministério da Educação, em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. As vagas destes cursos são oferecidas por meio de concurso, com cerca 400 candidatos em 2020 e 2021. Oferecemos, ainda, 58 cursos de aperfeiçoamento. São cursos que complementam a formação nas áreas mais específicas do conhecimento médico. A Irmandade tem hoje 941 médicos em treinamento, sendo 616 médicos residentes, 176 médicos pós-graduandos e 149 médicos no curso de aperfeiçoamento, todos buscando aprimoramento profissional. Isto mostra nosso comprometimento, já que a instituição forma, anualmente, um alto número de profissionais com grande capacidade técnica. Os hospitais administrados pela Irmandade iniciaram o ano de 2020 com a perspectiva de manutenção das modificações estruturais implantadas nos anos anteriores, incluindo uma ampla revisão de organograma realizada no Hospital Central, processo de certificação de qualida-

de do Hospital Santa Isabel, e implantação de sistemas de gestão nas demais unidades. Para os hospitais em convênio com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), que são o Hospital Central e o Hospital Geriátrico Dom Pedro II, e com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), incluindo o Hospital São Luiz Gonzaga e Centro de Saúde Escola Barra Funda, tivemos como objetivo o cumprimento de metas. Nesse processo foram programados monitoramento da produção, revisão de metas, e adequação das execuções. Ao longo da Pandemia os hospitais foram forçados a alterar seu planejamento de maneira ágil. O Hospital Central implantou áreas segregadas para atendimento de pacientes acometidos, e buscou parceria com a secretaria civil e com os gestores da SES para implantar um número maior de leitos de Terapia Intensiva dedicados à Pandemia. As parcerias ocorreram e grandes reformas foram executadas, propiciando a abertura de 72 leitos de UTI. O Hospital São Luiz Gonzaga implantou novos leitos de UTI para atendimento de pacientes acometidos pela Pandemia, e o Hospital Geriátrico Dom Pedro II realizou a reforma de uma área para tratamento de pacientes convalescentes de COVID-19 em parceria com a SMS e a Secretaria Civil. O Hospital Santa Isabel assinou um convênio com a SMS para implantação de 20 leitos de UTI, e passou a receber não somente os pacientes da saúde complementar e provados, mas também pacientes regulados do SUS. Tanto os pacientes do SUS quanto os de saúde complementar diminuíram drasticamente a busca a serviços médicos, diminuindo assim a realização de procedimentos eletivos. O perfil de doentes mudou radicalmente, e durante alguns meses o perfil de pacientes atendidos mudou para ser composto por aqueles acometidos pela Pandemia. O cenário apresentado trouxe um perfil de doentes mais graves, com um aumento nas taxas de mortalidade e tempo de internação maior. Os custos hospitalares aumentaram progressivamente pelo perfil dos doentes, mas também porque os preços dos insumos elevaram-se de maneira significativa no mercado. Vários insumos como aqueles utilizados para sedação e anestesia de pacientes ficaram escassos no mercado, e quando eram encontrados tinham preços até dez vezes mais altos. A pandemia se manteve ao longo de todo ano de 2020 e início do ano de 2021. Para o ano de 2021 não esperamos modificação desses cenários antes da imunização atingir a desejada imunidade de toda a população brasileira. Com a manutenção das taxas de infecção vivenciadas atualmente no Brasil, teremos certamente um primeiro semestre com atenção voltada à Pandemia, mas tendo que lidar com a carga repressada de pacientes que tiveram seus tratamentos adiados. Mesmo com as dificuldades enfrentadas devido à Pandemia da COVID-19 a Irmandade realizou importantes ações que objetivaram melhorias no gerenciamento das operações por consequência a saúde financeira: • Reestruturação no processo de suprimentos; • Controle de serviços de terceiros, como revisão de todos os contratos firmados com a Instituição; • Reforço na cultura dos controles internos da Irmandade; • Gestão nos aportes financeiros repassados versus produção de contratualidade para prevenção de possíveis multas contratuais; • Pagamento do 13º Salário que estava atrasado desde 2014. • Entrou em vigor, no ano de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), criada para promover proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil. Foi instituído, na Irmandade, Comitê da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD para garantir o direito à privacidade e a proteção de dados pessoais dos usuários. Em fevereiro de 2021, concluímos a negociação da dívida bancária junto à Caixa Econômica Federal, possibilitando uma redução significativa das taxas de juros do contrato, bem como a obtenção de nova carência e a possibilidade de capital de giro adicional para assegurar a continuidade de operação da empresa. Ampliar as fronteiras da pesquisa científica em saúde é um dos objetivos da Irmandade para 2021. Os avanços nos laboratórios de pesquisa estão sendo preparados para o desenvolvimento de projetos científicos sobre os mais abrangentes e complexos temas. Todo o desenvolvimento científico segue diretrizes e normas de pesquisa em saúde regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Para 2021, esperamos a formação de recursos humanos em saúde para todo o Brasil. **2 Base de preparação: Reapresentação das Demonstrações Financeiras:** Em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2018 a Irmandade realizava parcialmente nas mutações do patrimônio líquido a reserva de reavaliação e o ajustes de avaliação patrimonial, que tem como contra partida de forma

Balço patrimonial	31/12/2019	
	Original	Ajuste Reapresentado
Ativo		
Circulante	102.725	102.725
Não circulante	978.882	978.882
Total do ativo	1.081.607	1.081.607
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	728.349	728.349
Não circulante	275.817	275.817
Patrimônio líquido	177.441	77.441
Patrimônio social	(371.328)	93.303
Reserva de reavaliação	134.890	(113.442)
Ajuste avaliação patrimonial	279.383	20.139
Superávit do exercício	34.496	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.081.607	1.081.607

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br



Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social		Reserva de reavaliação		Ajuste de avaliação Patrimonial		Superávit/(Déficits) acumulados		Total
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (original)	(311.612)		136.007		304.787		(59.716)		69.466
Ajustes retrospectivos	93.303		(113.442)		20.139		(59.716)		69.466
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(218.309)		22.565		324.926		59.716		69.466
Transferência do lucro líquido acumulado para o patrimônio social	(59.716)		-		-		59.716		-
Superávit do exercício	-		-		-		3.168	3.168	-
Realização da Avaliação Patrimonial	-		-		(30.212)		30.212	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-		(1.117)		-		1.117	-	-
Outros resultados abrangentes	-		-		-		-	-	-
Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	-		-		4.808		-	4.808	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (original)	(371.328)		134.890		278.399		34.496		77.441
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	(278.025)		211.448		299.522		34.496		77.441

a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contábeis contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa (CNPJ principal) e das filiais (CNPJs de filiais) que são geridas pela Irmandade, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas filiais. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Província da Administração da Irmandade em reunião de abril de 2021. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado e as propriedades para investimentos mensuradas ao valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Irmandade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram redondeadas para facilitar a leitura, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Irmandade os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas com as estimativas que possuem maior risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **f. Nota explicativa 3.-** valor residual do ativo imobilizado; **g. Nota explicativa 6.-** provisão para perda de crédito esperada; **h. Nota explicativa 18.-** provisão para contingência. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Irmandade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Irmandade: • Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Irmandade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 9.-** Propriedade para investimentos; **Nota explicativa 32.-** Instrumentos financeiros; **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Irmandade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes, pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Irmandade, liquidos da provisão para perda de crédito esperada. A provisão para perda de crédito esperada é constituída quando há evidência de que a Irmandade não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso e a vencer. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o mercado e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado com base no custo histórico de aquisição. Os valores de estoques contábeis não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Irmandade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item, caso seja provável que, os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Irmandade e o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

	Anos
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Benefiteiras em propriedades de terceiros	20
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Redução ao valor recuperável.** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável, se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, portanto, podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Irmandade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição adicional de uma provisão sobre seus ativos. **d. Propriedades para investimentos:** São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são representadas substancialmente por imóveis de renda e ações. A partir do exercício de 2015 a Irmandade optou por alterar sua prática contábil na mensuração de propriedades para investimentos, alterando o método de custo para o método de valor justo, conforme previsto na NBC TG 28 - Propriedades para Investimento, que determina que a entidade deve escolher sua política contábil entre método de custo ou de valor justo. Desde a aplicação em 2015 a Irmandade vem mantendo de forma consistente a prática contábil de valor justo, para a totalidade de suas propriedades para investimentos. **Alteração do valor justo em propriedades para investimentos:** Seguindo a orientação da NBC TG 28 (R4) - Propriedades para Investimento a Irmandade reconhece o ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento já existente no balanço no resultado do período em que ocorre. **Transferências -** A Irmandade transfere a propriedade para, ou de, propriedade para investimento quando, e apenas quando, há alteração de uso. A alteração de uso ocorre quando a propriedade atende, ou deixa de atender, a definição de propriedade para investimento e há evidência da alteração de uso. Para os itens em condições de venda, a Irmandade reconhece o ganho de acordo com o NBC TG 27 (R4) - ativo imobilizado, ou seja, registrado ao custo, deduzido de depreciação, que foram transferidos para propriedade para investimentos, a Irmandade reconhece qualquer aumento resultante no valor contábil como segue: (i) até o ponto em que o aumento reverta perda

trabalual é retirada, cancelada ou expira. A Irmandade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(ii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Irmandade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2020	2019
1 Caixa e valores mobiliários:		
Caixa e valores mobiliários	859	2.504
Numeração disponíveis e saldos em conta corrente	18	12
Caderneta de poupança (a)	877	2.516

Refere-se ao saldo em caderneta de poupança com rendimento mensal de 0,12% a 0,26% (2019: 0,34% a 0,50%). Este montante está aplicado neste tipo de modalidade, pois é requerido em alguns contratos de gestão ou de empréstimos.

	2020	2019
5 Futuras e valores mobiliários:		
Aplicações financeiras - curto prazo	34.609	23.328
Referem-se a aplicações no curto prazo em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rendimento de 90% a 100% (Em 2019: 90% a 100%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata, cujos valores se aproximam dos valores de mercado, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. De acordo com os contratos de convênio e/ou gestão, a Irmandade deve aplicar financeiramente todos os recursos em valores que não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custo ou investimento).		

	2020	2019
6 Contas a receber		
Convênios	52.571	49.044
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo	22.877	22.877
Sistema Único de Saúde - SUS	18.429	17.008
Prefeitura do Município de São Paulo	11.775	10.942
Pacientes particulares	1.272	552
Aluguéis e taxas de condomínio	5.285	3.842
Mensalidades	661	1.049
	112.780	105.114
Provisão para perda de crédito esperada	(54.729)	(52.762)
	58.051	52.352

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	Taxa média	Saldo ponderado de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda de crédito esperada
A vencer	0,00%	50.752	50.752	46
Vencidos de 01 a 30 dias	0,85%	2.712	2.712	23
Vencidos de 31 a 60 dias	18,12%	1.452	1.452	263
Vencidos de 61 a 90 dias	31,00%	752	752	233
Vencidos de 91 a 120 dias	15,05%	799	799	120
Vencido de 121 a 150 dias	22,55%	801	801	181
Vencido de 151 a 180 dias	11,17%	493	493	55
Vencido de 181 a 210 dias	24,71%	483	483	119
Vencido de 211 a 240 dias	51,69%	358	358	388
Vencido de 241 a 270 dias	64,92%	662	662	430
Vencido de 271 a 300 dias	81,21%	914	914	742
Vencido de 301 a 330 dias	81,81%	822	822	673
Vencido de 330 a 360 dias	100,00%	712	712	712
Vencidos a + de 360 dias	100,00%	50.744	50.744	50.742
		112.780	112.780	54.729

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de recebimento apresenta-se da seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(40.202)	(18.511)
Adições	3.759	2.192
Reversões	2.192	(52.762)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(34.533)	(68.723)
Adições	6.133	623
Reversões	52.762	(54.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.963	52.352

7 Estoques

	2020	2019
Material de enfermagem	6.355	3.239
Material de laboratório	396	540
Drogas e medicamentos	4.719	3.135
Material de manutenção	656	603
Materiais diversos	1.587	4.628
	13.713	12.145

8 Certificado de Potencial Adicional de Construção

	2020	2019
Certificado de Potencial Adicional de Construção - Outorga Onerosa	117.402	117.402
Em 1º de julho de 2016, a Irmandade obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência SMDU/DEUSO 0140/16, nos termos do disposto nos artigos 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, referente ao imóvel situado na Rua Dr. Cesário Mota Junior, 112, Santa Cecilia, São Paulo/SP, registrado no nº Oficial de Registro de Imóveis da Capital e tombado pela Resolução SC 67/10 do Condephaat. Este valor mobiliário é um título ao portador e pode ser comercializado no chamado "mercado secundário", e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Irmandade. Em 2019, a Irmandade obteve Declaração de Potencial Construtivo para outras áreas tombadas. O Departamento do Uso do Solo - DEUSO da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, declarou de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação do terreno. O recebimento deste direito foi reconhecido como receita na demonstração do resultado na rubrica de "outras receitas operacionais". A Irmandade continua pleiteando junto a Prefeitura Municipal de São Paulo o complemento do Certificado de Potencial Adicional de Construção para outras áreas, incluindo o Hospital Central, ainda não concedidas pela Prefeitura. Os certificados recebidos ainda não foram alienados pela Irmandade que aguarda a concessão dos pedidos adicionais junto a Prefeitura, bem como o melhor momento imobiliário para sua realização.		

9 Propriedades para investimentos: Em dezembro de 2015 a Irmandade decidiu alterar sua prática contábil na mensuração de propriedades para investimentos, alterando o método de custo para o método de valor justo, conforme previsto na NBC TG 28 - propriedades para investimento. Tal prática vem sendo mantida de forma consistente desde então. Essa decisão foi tomada baseado no fato de que o valor justo representa uma informação mais relevante sobre os efeitos das transações e condições acerca da posição patrimonial e financeira em função dos valores dos imóveis estarem substancialmente inferiores aos valores justos, prejudicando a análise da posição patrimonial e financeira da Irmandade. No reconhecimento inicial do ativo financeiro para investimentos em propriedades para investimentos foi apurado uma mais valia de R\$217.636, reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. A movimentação das propriedades para investimentos para os exercícios de 2020 e 2019 é demonstrada como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	621.165	664.731
Adições	2.951	6.518
(a) Custo residual reclassificação de imobilizado (nota 10)	522	529
(b) Alteração de valor justo classificado no patrimônio líquido -	-	4.808
(c) Alteração de valor justo classificado no resultado do exercício	57.675	16.339
(d) Baixas por venda de imóveis	(3.631)	(71.760)
Saldo em 31 de dezembro	678.682	621.165
a) Referem-se as propriedades que estavam registradas no ativo imobilizado e que foram transferidas para propriedade para investimentos em função da alteração de uso por parte da Irmandade. Os valores apresentados nessa rubrica referem-se apenas ao valor de custo da transferência. O ganho relacionado a atribuição de valor justo desses bens está sendo apresentado no item (b) alteração de valor justo classificado no patrimônio líquido. b) Refere-se a mais valia gerada na adoção do valor justo dos bens que foram registrados ao custo residual no ativo imobilizado e que foram transferidos para propriedades para investimentos. De acordo com o NBC TG 28 (R4) - propriedades para investimentos, artigo 62 (ii), essa adoção inicial tem como contrapartida o patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Não houve incremento do valor justo em 2020 (R\$ 4.808 em 2019). c) Em 2020, a reclassificação do valor justo das propriedades para investimentos já existentes e gerando uma mais valia de ativos de R\$ 57.675 (R\$ 16.339 em 2019) registrado no resultado do exercício, na rubrica de outras receitas operacionais. d) Em 2020, a Administra-		



► **continuação** do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Irmandade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. **20 Receitas com subvenções para custeio e contratos de gestão hospitalar:**

	2020	2019
Contrato de gestão hospitalar (a)	329.293	275.887
Glossas em contrato	-	(919)
Outras	2.767	2.554
	332.060	277.522

(a) A Irmandade está atuando, desde o mês de março de 2020, como um dos hospitais de referência para o atendimento dos casos suspeitos e confirmados de infecção por COVID-19, foram disponibilizados recursos financeiros de custeio, para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - COVID-19. Os recursos foram destinados para a aquisições de materiais, medicamentos, serviços e recursos humanos. 21 Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde SUS:

	2020	2019
Receita com contrato de gestão hospitalar SUS	246.595	249.002
Glossas em contrato	(3.312)	(4.696)
	243.283	244.306

22 Receitas de convênios e particulares

	2020	2019
Convênios	118.938	120.485
Clientes particulares	6.449	6.614
Glossas	(1.689)	(4.688)
Outras deduções	(358)	(678)
	123.340	121.833

23 Outras receitas

	2020	2019
Precatório	-	8.991
Doações (a)	62.923	26.137
Receitas escolares	6.480	7.838
Outras	4.350	6.263
	73.753	48.229

(a) Para contribuir no enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID-19 diversas empresas e pessoas destinaram recursos essenciais para a Irmandade através das doações. **24 Custos com medicamentos, materiais e serviços médicos:**

	2020	2019
Serviços médicos contratados	(65.512)	(61.468)
Materiais e descartáveis	(59.585)	(44.324)
Medicamentos e materiais diversos	(39.454)	(32.521)
Outros	(27.603)	(23.399)
	(192.154)	(161.712)

25 Despesas com pessoal e encargos

	2020	2019
Sálários, 13º salário e encargos	(305.122)	(303.413)
Benefícios a funcionários	(94.415)	(94.884)
Multa sobre Rescisão - FGTS e aviso prévio	(19.634)	(18.677)
Outras	(6.400)	(10.851)
	(425.571)	(431.133)

26 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços contratados de terceiros	(62.910)	(54.035)
Provisão para contingência	(39.352)	(13.952)
Perda para realização de Ativos	(17.140)	(61.259)
Utilidades	(9.630)	(9.446)
Outras	(128.032)	(156.697)
	(267.064)	(295.389)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Certificação Potencial Adicional de Construção (nota 8)	-	118.418
Outras receitas	866	-
Venda de Imóveis	3.386	-
Valor justo de propriedades para investimentos (nota 9)	57.675	16.339
	61.927	134.757

Seguros

	2020	2019
Perdas e danos	(2.715)	(2.271)
Outras	(482)	(541)
	(4.745)	(11.480)

Outras receitas operacionais, líquidas

	2020	2019
Atualização monetária do precatório	-	8.799
Resendimentos sobre aplicações financeiras	3.850	3.762
Descantos obtidos	34	275
Outras receitas	812	6.404
	4.696	19.240

Despesas financeiras

	2020	2019
Juros sobre empréstimo de capital de giro	(59.141)	(37.746)
Juros e multas de fornecedores em atraso	(14.518)	(14.143)
Juros sobre atualização de parcelamento	(4.150)	(6.228)
Variações monetárias passivas	(3.880)	(3.657)
Juros passivos (a)	(114.500)	(19.326)
Despesas bancárias	(607)	(640)
Juros e multas sobre encargos trabalhistas em atraso	(3.651)	(11.401)
Outras despesas	(631)	(1.145)
	(98.228)	(94.190)

Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
	(93.532)	(74.950)

(a) Em 2019 foram registrados os encargos legais (RS14.030) dos débitos constantes do Negócio Jurídico Processual, acordo celebrado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 19 de março de 2019, para a regularização da situação fiscal da Irmandade. **29 Imunidade tributária:** Tendo em vista que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais, de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN. A Irmandade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, válido até 31 de dezembro de 2009. Em 23 de dezembro de 2009, foi protocolada, sob o nº 25000.666504/2009-64, a solicitação de renovação do CEBAS, o qual foi deferido, possuindo vigência de 01/10/2010 a 31/12/2014. Em 23 de dezembro de 2014, foi protocolada, sob o nº 25000.237902/2014-34, a solicitação de renovação do CEBAS para os exercícios de 2015 a 2017, sendo o mesmo indeferido. Desse modo, a Irmandade protocolou recurso contra a decisão de indeferimento, registrado mediante SEI nº 00006.4728262/2018-00, temporariamente, o qual se encontra aguardando análise. A Irmandade protocolou pedido de renovação do CEBAS para os exercícios de 2018 a 2020, registrado sob nº 25000.020706/2018-56, o qual encontra-se pendente de análise. A Irmandade protocolou pedido de renovação do CEBAS para os exercícios de 2021 a 2023, registrado sob nº 25000.182135/2020-67, o qual encontra-se pendente de análise. **30 Imunidade das contribuições sociais usufruídas:** A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está apresentada como segue:

	2020	2019
Cota patronal de INSS, Seguro de Acidente do Trabalho - SAT e sobre serviço de terceiros	100.843	101.807
COFINS sobre o faturamento	20.210	16.891
	121.053	118.698

31 Atendimentos aos pacientes do SUS (informação não auditada): Com observância ao limite mínimo estabelecido pela Portaria nº 1.970, de 18 de agosto de 2011, o número total de pacientes atendidos no exercício de 2020 foi de 974.160, sendo destes, 917.686 pacientes atendidos pelo SUS (representatividade de 94%). Em 2019 o número total de pacientes atendidos foi de 1.191.979, sendo destes, 1.094.879 pacientes atendidos pelo SUS (representatividade de 92%). **32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Gerenciamento de risco financeiro: A Irmandade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de juros; Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Irmandade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Irmandade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento

e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Irmandade. O gerenciamento de risco da Irmandade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Irmandade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Irmandade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Irmandade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis dos clientes. A Irmandade não exige garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. **Exposição a risco de crédito:** Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contratante foi:

	Valor contábil	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	877	2.516	-
Aplicações financeiras	34.609	23.328	-
Recurso de subvenção para investimentos	4.716	5.641	-
Contas a receber	58.051	52.352	-
	98.253	83.837	-

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6. A Irmandade possuía em 2020 provisão para perda de crédito esperada, no montante de R\$ 54.729 representativos de 49% do saldo de contas a receber (R\$ 52.762 representativos de 50% em 2019). (ii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Irmandade pos-

	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos	117.147	30.312	11.252	49.074	25.257	966	286
Fornecedores	424.760	-	-	-	26.078	23.922	374.760
Empréstimos e financiamento	44.166	2.518	3.360	1.117	9.396	3.820	23.955
Outras contas a pagar	586.073	32.830	14.612	50.191	60.731	28.708	399.001

Passivos financeiros não derivativos

	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer de 12 meses
Fornecedores	100.613	30.683	9.008	33.817	23.951	1.501	1.753
Empréstimos e financiamento	389.423	3.162	-	-	41.824	51.321	293.116
Outras contas a pagar	41.454	-	-	-	36.837	1.975	2.642
	531.490	33.745	9.008	33.817	102.612	54.797	297.511

(iii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Irmandade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Irmandade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Irmandade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Irmandade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Irmandade possui reduções parciais de aquisição de materiais em moeda estrangeira e nenhuma conta a receber ou aplicações em moeda estrangeira. (iv) **Risco de moeda:** Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Todos os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Irmandade. (v) **Risco de taxa de juros:** A Irmandade possui suas aplicações financeiras e parte dos empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis. **Exposição a risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Irmandade era:

	Valor contábil	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	877	2.516	-
Títulos e valores mobiliários	34.609	23.328	-
Passivos financeiros	(424.760)	(389.423)	-
Exposição líquida	(389.274)	(366.579)	-

Análise de sensibilidade: Taxa de juros: O maior risco de sensibilidade por vem das dívidas atreladas ao CDI, em dezembro de 2020, o volume de financiamentos indexado ao CDI era de R\$424.760. Para a análise de sensibilidade de, a Irmandade utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS 2,0%, no cenário I com um acréscimo de 25% (2,5%) e no cenário II um acréscimo de 50% (3,0%).

	Cenário Base	Cenário I	Cenário II
Taxa estimada do CDI	2,0%	2,5%	3,0%
Despesa financeira estimada	8.495	10.619	12.743

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa: A Irmandade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. (vi) **Valor Justo:** Valor justo versus valor contábil: Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Sendo assim, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o encadernamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa nº 12.

	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados pelo Valor Justo	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	877	877	2.516	2.516
Caixa e equivalentes de caixa	34.609	34.609	23.328	23.328
Títulos e valores mobiliários	35.486	35.486	25.844	25.844
Ativos Mensurados pelo custo amortizado	58.051	58.051	52.352	52.352
Passivos mensurados pelo custo amortizado	424.760	424.760	389.423	389.423
Fornecedores	117.147	117.147	100.610	100.610
Parcelamentos tributários	130.412	130.412	115.171	115.171
	672.319	672.319	605.204	605.204

Hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços) e; • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando o método de avaliação nível 2.

	Valor contábil	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	877	877	-	-
Títulos e valores mobiliários	34.609	-	-	34.609
Passivos	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	424.760	-	-	424.760
Ativo	34.786	34.786	-	34.786
Caixa e equivalentes de caixa	2.516	2.516	-	-
Títulos e valores mobiliários	23.328	-	-	23.328
Passivos	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	389.423	-	-	389.423

(vii) **Exposição a risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízo decorrente de falhas operacionais de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Irmandade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Irmandade, principalmente os relaciona-

sa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Irmandade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Irmandade. A Irmandade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Irmandade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm sido seus prazos de pagamentos postergados. Além disso, a Irmandade está em intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos às suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Irmandade.

	31/12/2020	31/12/2019
Índice de endividamento:		
Obrigações a curto prazo	(759.641)	(728.349)
Caixas e equivalentes	877	2.516
Títulos e valores mobiliários	34.609	23.328
Recurso de subvenções para investimentos	4.716	5.641
Contas a receber	58.051	52.352
	(661.388)	(644.512)
Patrimônio líquido	68.380	77.441
Índice de endividamento líquido	(967%)	(832%)

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. **Exposição a risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2020

	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos	117.147	30.312	11.252	49.074	25.257	966	286
Fornecedores	424.760	-	-	-	26.078	23.922	374.760
Empréstimos e financiamento	44.166	2.518	3.360	1.117	9.396	3.820	23.955
Outras contas a pagar	586.073	32.830	14.612	50.191	60.731	28.708	399.001

2019

	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos	100.613	30.683	9.008	33.817	23.951	1.501	1.753
Empréstimos e financiamento	389.423	3.162	-	-	41.824	51.321	293.116
Outras contas a pagar	41.454	-	-	-	36.837	1.975	2.642
	531.490	33.745	9.008	33.817	102.612	54.797	297.511

não ao cumprimento das obrigações com terceiros e riscos relacionados aos contratos de gestão com Governo e Prefeituras. Eventos de contratos de valores de contratos, alterações nos prazos de recursos financeiros representam relevantes riscos operacionais para a Irmandade. O objetivo da Irmandade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Irmandade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Irmandade para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Renegociação e acompanhamento de contratos de gestão com Governo e Prefeituras; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência. **33 Renúncia Fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Irmãos e Administradores da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – São Paulo – SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (Irmandade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Irmandade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acertividade:** É a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a situação de que a Irmandade apresentou, em 31 de dezembro de 2020, déficit do exercício de R\$ 9.061 mil e, na mesma data, o passivo circulante da Irmandade excedeu o ativo circulante em R\$ 640.610 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Irmandade. Na nota explicativa 1.1 a Irmandade descreveu o plano da Administração com as ações que estão sendo tomadas para garantir sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Irmandade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Irmandade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Irmandade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Irmandade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Irmandade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações não forem suficientes ou se não houverem sido feitas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Irmandade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2021.
HLB BRASIL **Rokembach + Lahm, Villanova & Cia Auditores** **Luis Antônio Villanova**
 CRC 2SP042459/O-4 **CRC 1RS7436/O-4**

Caplarys Companhia de Crédito

CNPJ/ME nº 23.361.030/0001-29 NIRE 35300534590
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Abril de 2021

1. **Data, Hora e Local.** realizada no dia 26 de abril de 2021, às 11h, na sede social da Caplarys Companhia de Crédito (“**Companhia**”), na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, 10º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Capital do Estado de São Paulo. 2. **Convocação.** realizada nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), mediante Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 16, 17 e 20 de abril de 2021, nas páginas 90, 56 e 120, respectivamente, assim como no jornal “O Dia SP”, nas edições dos dias 16, 17 e 20 de abril de 2021, nas páginas 05, 14 e 09, respectivamente. Todos os documentos e informações relacionados à Ordem do Dia foram colocados à disposição dos acionistas na sede social da Companhia nos termos e dentro do prazo previstos na Lei das Sociedades por Ações. 3. **Presença.** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, as formalidades exigidas pelo Artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações. Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas titulares de (i) 14.445.662 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentas e sessenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, representando 76,7% (setenta e seis inteiros e seis centésimos por cento) do capital social votante da Companhia; (ii) 11.927.112 (onze milhões, novecentas e vinte e sete mil, cento e doze) ações preferenciais classe A; (iii) 610 (seiscentas e dez) ações preferenciais classe B; e 105 (cento e cinco) preferências classe C, totalizando 70,02% (setenta inteiros e dois centésimos por cento) do capital social total da Companhia, conforme as assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas (“**Acionistas Presentes**”). 4. **Mesa.** Sr. Luis Claudio Garcia de Souza, como Presidente; e Sr. Marcos Moretti, como Secretário. 5. **Instalação.** Verificado o quórum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária. 6. **Ordem do Dia.** Apreiar e deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão e subscrição privada de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), mediante Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 16, 17 e 20 de abril de 2021, inclusive, a autorização para nova convocação de Assembleia Geral para homologação do Aumento de Capital (conforme a seguir definido) com a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização à Diretoria da Companhia, e/ou aos seus procuradores, para praticar todos e quaisquer atos e documentos relacionados às deliberações (i) a (iii) acima. 7. **Deliberações.** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas Presentes decidiram, sem ressalvas, exceto pela Finvest Capital Partners – Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, que se absteve: 7.1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$30.000.000,52 (trinta milhões e três reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão e subscrição privada de 4.748.826 (quatro milhões e setecentas e quatro mil e oitocentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, ao preço de R\$ 6,32 (seis reais e trinta e dois centavos) por ação, observadas as seguintes condições, que constarão no Aviso aos Acionistas a ser publicado para este fim (“**Aumento de Capital**”): 7.1.1. O preço de emissão das novas ações foi fixado de acordo com o disposto no Artigo 170, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 7.1.2. As novas ações emitidas farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declaradas pela Companhia após a subscrição de tais ações. 7.1.3. O Aumento de Capital será realizado por meio de subscrição privada, sendo assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das novas ações de forma proporcional às suas respectivas participações no capital social da Companhia. 7.2. Os Acionistas Presentes consignam a cessão, nos termos do Artigo 171, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, do direito de preferência na subscrição do aumento de capital, incluindo o direito de preferência para a subscrição de eventuais sobras (“**Direito de Preferência**”) em favor de Margot Alyse Greenman (“**Margot**”), mediante a assinatura do respectivo termo de cessão de direitos celebrado nesta data. 7.2.1. Os demais acionistas da Companhia terão 30 (trinta) dias para exercer seu Direito de Preferência com relação às ações, exceto em relação às ações subscritas e integralizadas por Margot, nos termos do item 7.2 acima, bem como para manifestar seu interesse na reserva de sobras (“**Reserva para Exercício do Direito de Preferência**”). O Prazo para Exercício do Direito de Preferência se inicia em 27 de abril de 2021, inclusive, e encerra-se no dia 27 de maio de 2021, inclusive. 7.2.2. As ações subscritas no âmbito do Aumento de Capital deverão ser integralizadas, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias contados a partir da respectiva subscrição, sendo subscritas nos termos dos boletins de subscrição que integram o **Anexo A** à presente ata. 7.2.3. Após o

término do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, as sobras serão apuradas em até 4 (quatro) dias úteis após a data de encerramento do período de exercício do direito de preferência. Aqueles que houverem manifestado interesse na reserva de sobras no boletim de subscrição terão o prazo de 5 (cinco) dias seguintes à apuração das sobras e divulgação pela Companhia de Aviso aos Acionistas neste sentido para efetivar a subscrição e a integralização das sobras mediante o preenchimento e assinatura do boletim de subscrição competente e o pagamento do preço de emissão das ações correspondentes à vista e em moeda corrente nacional. O rateio de sobras se dará proporcionalmente às ações subscritas durante o Prazo para Exercício do Direito de Preferência, nos termos do §7º, alínea “b”, do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. 7.2.4. Margot, neste ato, subscreve 100% (cem por cento) das ações objeto da cessão do Direito de Preferência, nos termos do item 7.2 acima e do boletim de subscrição que integra o **Anexo A** à presente ata, isto é, 3.323.734 (três milhões, trezentas e vinte e três mil, setecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia e também se absteve em subscrever integralmente tais sobras não subscritas no Aumento de Capital. 7.3. Aprovar nova convocação de Assembleia Geral para homologação do Aumento de Capital, em termos dos boletins de subscrição que integram o **Anexo A** à presente ata, com a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social e número de ações em que ele passará a estar dividido após o término dos procedimentos inerentes à efetiva subscrição das ações e a integralização do Aumento de Capital. 7.4. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetiva implementação das deliberações ora aprovadas. 8. **Encerramento.** E, nada mais havendo a tratar, suscitaram-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: 1) Luis Claudio Garcia de Souza (Presidente); 2) Marcos Moretti (Secretário). Acionistas: Finvest Capital Partners – FIP (representado por FinHealth Gestão de Recursos S.A., por sua vez representado por Luis Claudio Garcia de Souza e Marcio Garcia de Souza); Financial ABV Participações S.A. (representada por Marcos Moretti e Margot Alyse Greenman); BSO Investimentos S.A. (atual denominação da Caplarys Companhia de Investimentos) (representada por Marcos Moretti e Margot Alyse Greenman); Adriana Cochrane Rao (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Alice Xisto Dias Foltran (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Andre de Pina Santos (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Anna Carolina Macieiri Pescuma (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Antonio Correa Bosco (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Barbara Bueno Muniz (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Carlos Eduardo Shiratori (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Caroline Becker Lima Hees (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Clayton José Momesso (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Douglas Shibayama (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Fernando de Barros Prado Alves (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Fernando Loureiro Brandão (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Fernando Maia de Oliveira Cruz (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Leandro Andrade Monteiro de Souza (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Lucas de Castilho Muñoz (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Lucas Hon Guimarães (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Luiz Felipe Venturini Gerab (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Marcello Rodrigues Leone (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Marcio Alvarez Pintan (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Marco Aurelio Comparato Duarte (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Marcos Moretti (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Margot Alyse Greenman; Mariana Dutra Lanza (representada por procuração por Alexandre Lins Morato); Rodrigo Augusto Dias Faria (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Rodrigo Claudino Barbosa (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Renan Barreto Jorge (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Thiago Eduardo de Paula (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Wanderson Conceição Ferreira (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Henrique Coelho de Souza Najari Rios (representado por procuração por Alexandre Lins Morato); Daniela Mussolini Liorca Sanchez (representada por procuração por Alexandre Lins Morato). A presente ata é cópia fiel da original registrada nos livros próprios da Companhia. São Paulo, 26 de abril de 2021. **Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente, Marcos Moretti - Secretário.**

Raciocor Comercio e Participações Ltda.

CNPJ 47.231.246/0001-38

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - Controladora e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)														
Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado		Demonstrações de resultados	Controladora		Consolidado		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	Capital Lucros Patrimônio líquido	Total do		
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019					
Ativo	61.653	1.090	351.429	286.757	Receita operacional líquida	4.233	5.929	32.477	32.773					
Ativo circulante	302	227	5.674	1.580	Custo dos serviços prestados	(88)	(96)	(312)	(272)					
Caixa e equivalentes de caixa	479	433	2.746	2.631	Lucro bruto	4.144	5.198	32.165	32.459	Saldos em 31.12.2018	90.202	- 4.925	245.256	340.383
Contas a receber de clientes	184	184	332	318	Despesas administrativas e comerciais	(3.145)	(2.901)	(3.643)	(3.687)	Lucro líquido do exercício	-	-	- 23.149	23.149
Ativo fiscal corrente	60.455	-	- 341.839	281.384	Ajuste a valor justo em propriedades para investimentos	1.870	3.857	934	3.618	Dividendos distribuídos	-	-	(6.200)	(6.200)
Imóveis a comercializar	233	236	838	844	Resultado de equivalência patrimonial	20.324	17.537	-	-	- Saldos em 31.12.2019	90.202	- 4.925	262.205	357.332
Outros créditos	326.974	357.335	101.374	145.703	Outras receitas (despesas)	115	-	115	-	Aporte de capital por adiantamento para	-	-	-	-
Ativo não circulante	320.159	291.935	101.374	145.703	Resultados antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	23.308	23.691	29.571	32.390	aumento de capital	13.200	(13.200)	-	-
Investimentos	6.797	65.382	101.356	145.695	Despesas financeiras	15	61	115	220	Lucro líquido do exercício	-	-	- 22.821	22.821
Propriedades para investimentos	18	18	18	18	Despesas (despesas) financeiras, líquidas	(1)	(2)	(3.505)	(5.837)	Dividendos distribuídos	-	-	(6.000)	(6.000)
Intangível	18	18	18	18	Lucro antes dos impostos	23.322	23.750	26.181	26.773	Saldos em 31.12.2020	103.402	- 4.925	279.026	387.353
Total do ativo	388.627	358.415	452.803	432.460	IR e contribuição social correntes	(501)	(601)	(3.678)	(3.705)	Impostos pagos sobre o lucro	(476)	(607)	(3.642)	(3.700)
Passivo e Patrimônio Líquido	388.627	358.415	452.803	432.460	IR e contribuição social diferidos	22.821	23.149	22.821	23.149	Juros pagos	-	-	(3.332)	(5.591)
Passivo circulante	561	1.083	20.998	16.093	Lucro líquido do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Fluxos de caixa líquido gerados nas atividades operacionais	775	1.671	26.250	19.718
Empréstimos e financiamentos	-	-	15.229	14.254	Fluxo de caixa de atividades de investimento	4.233	5.929	32.477	32.773	Aquisição de Propriedades para Investimentos	-	-	(15.192)	(1.866)
Fornecedores, caução e retenções	3	3	4.541	330	Despesas financeiras	(1)	(2)	(3.505)	(5.837)	Aumentos de capital em controladas	(15.000)	(1.500)	-	-
Adiantamentos de clientes	5	5	5	-	Despesas (despesas) financeiras, líquidas	4	59	(3.390)	(5.617)	Dividendos recebidos	7.100	5.600	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	195	695	195	695	Lucro antes dos impostos	23.322	23.750	26.181	26.773	Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento	(7.900)	4.100	(15.192)	(1.866)
Passivo fiscal corrente	79	107	353	144	Despesas financeiras	(1)	(2)	(3.505)	(5.837)	Fluxo de caixa de atividades de financiamento	7.200	(6.200)	(6.964)	(18.886)
Imposto de renda e contribuição social	256	231	631	595	Despesas (despesas) financeiras, líquidas	4	59	(3.390)	(5.617)	pagamento de empréstimos	-	-	(14.164)	(12.686)
Outras contas a pagar	23	47	44	75	Lucro antes dos impostos	23.322	23.750	26.181	26.773	Recursos provenientes de aporte de capital	-	-	13.200	13.200
Passivo não circulante	713	-	44.452	69.035	IR e contribuição social correntes	(501)	(601)	(3.678)	(3.705)	Dividendos pagos	(6.000)	(6.200)	(6.000)	(6.200)
Empréstimos e financiamentos	-	-	32.509	47.487	IR e contribuição social diferidos	22.821	23.149	22.821	23.149	Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	7.200	(6.200)	(6.964)	(18.886)
Passivo fiscal diferido	-	-	11.230	11.548	Lucro líquido do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	75	(429)	4.094	(1.034)
Provisão para contingências	713	-	713	-	Resultado abrangente do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	227	656	1.580	2.614
Patrimônio líquido	387.353	357.332	387.353	357.332	Resultado abrangente do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	302	227	5.674	1.580
Capital social	103.402	90.202	103.402	90.202	Resultado da equivalência patrimonial	1.841	2.368	29.453	28.990	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	75	(429)	4.094	(1.034)
Reserva de reavaliação	4.925	4.925	4.925	4.925	Variações em:									
Lucros acumulados	279.026	262.205	279.026	262.205	Aumento (diminuição) dos ativos									
Total do passivo e patrimônio líquido	388.627	358.415	452.803	432.460	Contas a receber de clientes	(46)	(23)	(115)	(85)					
Demonstrações do resultado abrangente	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Ativo fiscal corrente	-	3	(14)	(31)					
Lucro líquido do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Outros créditos	3	21	6	(11)					
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	Aumento (diminuição) dos passivos									
Resultado abrangente do exercício	22.821	23.149	22.821	23.149	Fornecedores, caução e retenções	-	(23)	4.211	175					
Newton Simões Filho - Diretor Presidente					Adiantamentos de clientes	5	-	5	-					
Paulo Rogério Costa Ferreira - Diretor Financeiro					Passivo fiscal corrente	(28)	2	209	37					
Bruna Sodré dos Santos Almeida - Controladora - CRC ISP 317883/O-4					Obrigações trabalhistas e sociais	(500)	(84)	(500)	(84)					
As Demonstrações Contábeis com as Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, se encontram à disposição na sede da Empresa.					Outras contas a pagar	(24)	14	(31)	18					
					Caixa líquido gerados nas operações	1.251	2.278	33.224	29.009					